

Territórios em disputa: violência e poder no contexto do MST nas publicações acadêmicas dos últimos 15 anos.

KELLEN CRISTINA DE ABREU
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

JASMIN HRISTOV

JOSÉ DE ARIMATÉIA DIAS VALADÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos à CAPES pela oportunidade de nos dedicarmos à pesquisa e ao conhecimento, buscando promover e participar de discussões importantes para o desenvolvimento da sociedade e da ciência.

Territórios em disputa: violência e poder no contexto do MST nas publicações acadêmicas dos últimos 15 anos.

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social dedicado à luta pelo acesso à terra e à reforma agrária no Brasil. Reconhecido como um dos maiores e mais engajados movimentos sociais da América Latina, o MST também se destaca e recebe reconhecimento em âmbito global (Borsato; Carmo, 2014; Karriem, 2009; Delgado, 2010; Vergara-Camus, 2009).

Por confrontar diretamente a supremacia da propriedade privada, especialmente valorizada e protegida no contexto neoliberal, o Movimento enfrenta, desde sua criação, intensos episódios de violência e repressão (Hristov, 2021). A violência agrária na América Latina e em outras regiões do Sul Global exige uma análise cuidadosa, a fim de evitar sua redução simplista à criminalidade (Hristov, 2021, 2022).

O problema da violência na América Latina é largamente atribuído por acadêmicos, formuladores de políticas e políticos, ao crime organizado, sem a devida atenção à expropriação de terras como causa e consequência dessa violência (Briceno-Leon, 2002; Koonings; Kruijt, 2004; Moncada, 2013 e outros). Ou seja, a atuação de atores armados não estatais (ou paraestatais) não pode ser simplesmente reduzida à criminalidade, especialmente nos casos em que atuam em prol de empresas privadas operando dentro da legalidade econômica (Hristov, 2022, 2021).

Visto isso, torna-se crucial compreender a essência da violência agrária, sobretudo observando “desde os atores que praticam a violência até os objetivos estruturais e consequências da violência” (Hristov, 2021, p. 131, livre tradução).

“O uso de forças paramilitares tornou-se uma estratégia frequentemente utilizada por grupos dominantes, pelo setor privado e pelos Estados do Sul Global” (Hristov; Bushra; Sprague; Tauss, 2022, p. 2, livre tradução). Muitas vezes, o uso dessas forças é “apoiado ou financiado por governos do Norte Global ou contratados por empresas do Norte Global para garantir as suas operações no Sul” (Hristov; Bushra; Sprague; Tauss, 2022, p. 2, livre tradução). Na América Latina, esses grupos paramilitares têm sido grandes protagonistas em “remover as populações rurais das suas terras para abrir caminho ao agronegócio e às indústrias extrativistas, aos projetos de infraestrutura, ao turismo e às plantações ilícitas, ao mesmo tempo em que reprime os movimentos sociais [...]” (Hristov; Bushra; Sprague; Tauss, 2022, p. 2, livre tradução).

A ação paramilitar transcende a mera expressão de conflito ou coerção, emergindo como uma ferramenta estratégica que exerce influência substancial no desenvolvimento econômico e na preservação das estruturas de poder (Hristov; Bushra, 2022). Esse fenômeno sugere uma interligação intrincada entre a violência praticada por esses grupos e as dinâmicas econômicas, delineando uma narrativa mais ampla sobre as complexidades subjacentes aos vínculos entre poder, capital e violência nos contextos globais (Hristov; Bushra, 2022).

A ação paramilitar pode ser compreendida por meio do conceito de violência pró-capitalista (*pro-capitalist violence*), de Hristov (2021): “um tipo de violência funcional para criar, facilitar ou restaurar condições para acumulação de capital” (Hristov; Bushra, 2022, p. 21, livre tradução). A violência pró-capitalista tem sido essencial para a manutenção e expansão do neoliberalismo no Sul Global (Hristov, 2021), conduzindo à desapropriação de terras de comunidades indígenas, quilombolas e famílias camponesas em favor do agronegócio. Segundo o conceito, trata-se de um tipo de violência que “tem sido um instrumento essencial que permite a reestruturação agrária neoliberal dos países latinoamericanos através da desapropriação e da repressão” (Hristov, 2021, p. 130, livre tradução).

Esse tipo de violência é “instrumental na acumulação de capital” (Hristov, 2021, p. 130, livre tradução) porque há um alinhamento entre “atores estatais e não estatais nos processos de desapropriação de terras e de repressão aos movimentos camponeses” (Hristov, 2021, p. 130, livre tradução).

Com essas considerações teóricas, o questionamento central desta revisão ganha forma: voltamo-nos para os tipos e as fontes de violência enfrentados pelas famílias camponesas vinculadas ao MST. Assim, a questão orientadora deste estudo é: o que a produção acadêmica tem discutido sobre violência no âmbito do MST? O objetivo, portanto, consiste em realizar uma revisão integrativa sobre a

violência no contexto do MST, examinando suas formas de manifestação e os atores envolvidos. Para tanto, esta revisão analisou um conjunto de 30 artigos acadêmicos publicados nos últimos 15 anos.

Os artigos revisados abordam diversos aspectos do MST, incluindo sua luta pela terra, as violências sofridas – física e simbólica, estatal e paraestatal –, sua atuação na construção da memória coletiva e sua resistência à colonialidade e ao capitalismo. Também há artigos que exploram o impacto do MST em áreas como educação, saúde e trabalho, e a construção de comunidades alternativas por meio da coletivização e valorização de epistemologias contra-hegemônicas. De modo geral, os artigos examinam diferentes estratégias de ação do MST, incluindo ocupações de terras e mobilização jurídica, e analisam o papel de atores como a União Democrática Ruralista (UDR) e o Estado na perpetuação da violência e desigualdade no campo brasileiro.

METODOLOGIA

O protocolo adotado na construção deste estudo foi o método de revisão temática integrativa, cuja proposta é “revisar, sintetizar e criticar a literatura”, ao mesmo tempo em que busca “responder a questões de pesquisa específicas sobre o tema” (Torraco, 2016, p. 411).

Sendo assim, este artigo está organizado em duas etapas. A primeira consiste na identificação da literatura sobre o tema, com base em dois conceitos centrais para a discussão: violência e MST, sendo organizada por meio de uma estrutura conceitual/temática. Já a segunda etapa corresponde ao processo de síntese, que “aproveit[a] os pontos fortes e as limitações da literatura para criar uma melhor compreensão do tema” (Torraco, 2016, p. 420).

As buscas foram realizadas nas bases de dados Scopus, SciELO e Redalyc, utilizando os termos “violence” e “Landless Rural Workers Movement” nos campos de título, resumo e palavras-chave. Para a seleção, foram considerados apenas artigos publicados nos últimos 15 anos (2009-2024). Após uma leitura inicial dos resultados, o corpus foi definido da seguinte forma: 3 artigos da Scopus, 4 da SciELO e 23 da Redalyc, totalizando 30 artigos.

Cada um dos artigos selecionados foi lido integralmente para garantir uma familiarização aprofundada com os dados. Durante a leitura, os artigos foram organizados em uma planilha com as seguintes informações: a) tema geral do artigo; b) enfoque teórico; c) abordagem metodológica; d) abordagem da violência em relação ao MST; e) contribuições teóricas; e f) principais conclusões e observações gerais do estudo.

Alguns artigos abordam os conflitos agrários de outros movimentos sociais, além do MST, mas eles foram incluídos por tratarem da violência no contexto agrário brasileiro e oferecerem contribuições significativas para o debate proposto neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção está estruturada em quatro partes. A primeira sintetiza as problemáticas identificadas na literatura. A segunda apresenta os conceitos teóricos utilizados pelos estudos. Já a terceira discute os principais temas abordados no conjunto de artigos revisados e suas inter-relações. Por fim, a quarta parte traz uma análise crítica dos artigos, destacando seus avanços conceituais e teóricos em relação à construção da noção de violência no contexto agrário e no MST.

Problemáticas identificadas na literatura

O quadro 1 reúne as principais discussões abordadas na literatura analisada, organizando-as em cinco categorias temáticas centrais: violência, construção de alternativas, instituições religiosas, minorias sociais e críticas ao MST. Cada uma dessas categorias possui subcategorias organizadas para melhor orientarem o entendimento e a visualização dos temas presentes nos artigos aqui revisados.

Quadro 1 – Discussões abordadas na literatura.

VIOLÊNCIA		
Violência Estatal e Paraestatal		
Autores	Tema central	Aspectos abordados
Alves (2012)	Criminalização dos movimentos sociais	Militarização da segurança pública; Direito Penal do Inimigo; papel do Estado, mídia e elites conservadoras.
Bisol, Cruz e Calegari (2021)	Relações de poder e dominação	Alianças entre Estado e elites agrárias; impunidade de agentes estatais e paramilitares (milícias rurais).
Hammond (2009)	Violência estatal e paraestatal	Parcialidade judicial; impunidade de agentes estatais e paramilitares.
Tarlau (2013)	Resistência e política educacional	Violência estatal contra o MST em razão da padronização na educação.
Castro, Lages e Assis (2018)	Judicialização dos conflitos agrários	Violência institucionalizada; prevalência do direito à propriedade sobre os direitos das pessoas trabalhadoras rurais.
Castro e Lima (2024)	Reintegrações de posse e criminalização do MST	Uso de força policial; deslegitimação das reivindicações do MST pelo sistema judicial e grandes proprietários.
Heil (2009)	Violência estatal e paraestatal	Influência das elites na repressão à reforma agrária; corrupção e impunidade; controle coercitivo por grandes proprietários e corporações transnacionais.
Efrem Filho (2023)	Militarização e conservadorismo	Memética bolsonarista; respostas violentas à ocupação de terras; fragilidade democrática e práticas autoritárias.
Franco da Silva e Bampi (2019)	Injustiças espaciais nos conflitos agrários	Desapropriação de terras indígenas e camponesas; urbanização precária e expansão da pobreza.
Lerrer e Forigo (2019)	Marginalização da reforma agrária	Silenciamento do problema agrário; avanço do capitalismo no campo; limitação das políticas públicas.
Lopes Xavier (2015)	Discurso da elite agrária	Autoritarismo da bancada ruralista; UDR como meio de manutenção concentração agrária.
Lundström e Sartoretto (2021)	Memória coletiva e mobilização	Violência sofrida pelo MST como força mobilizadora (Jornal Sem-Terra).
Olin Wright (2017)	Alternativas não capitalistas	MST como alternativa emancipatória dentro do sistema.
Pacheco, Ribeiro e Almada (2022)	Marginalização das populações rurais	Colonialidade e perpetuação da desigualdade.
Pinto e Porto (2020)	Exploração da Amazônia	Colonialidade do poder, do ser e do saber; subalternização de pessoas indígenas e camponesas.
Rigotto (2017)	Injustiça cognitiva	Uso do conhecimento técnico-científico para legitimar projetos de mineração.
Santos e Nabarro (2023)	Colonialidade do saber	Dominação epistemológica e marginalização de saberes tradicionais.
Straubhaar (2015)	Violência agrária	Diversas formas de repressão no campo.
Zioli <i>et al.</i> (2021)	Violência física e simbólica	Repressão direta e construção de estigmas sociais.
Alves, Fernandes e Mesquita (2021)	Juventude Sem-Terra	Invisibilidade; humilhação social; reprodução de estereótipos militantes.
Vilas Boas e Canova (2019)	Violência agrária	Conflitos no campo e repressão contra trabalhadores rurais.
Efrem Filho e Bezerra (2013)	Controle social e repressão	Violência física e manipulação judiciária na manutenção das desigualdades.
Debiasi (2019)	Intimidação e perseguição	Ação repressiva de agentes do Estado, pistoleiros e fazendeiros.
Vasquez (2009)	Criminalização dos movimentos sociais	Papel do Estado, da mídia, de intelectuais e de grupos conservadores.
Violência contra as mulheres camponesas		
Ayoub (2018)	Violência contra mulheres no campo	Assassinatos, ameaças e despejos forçados; a casa como espaço de pertencimento e alvo de violência estatal e paraestatal.
Faleiro e Farias (2017)	Educação e emancipação	Ensino superior como ferramenta para romper relações patriarcais; transformação de padrões machistas nas famílias e comunidades.
Vasquez (2009)	Intervenção psicológica em assentamentos	Superação de ciclos de violência e subordinação na organização dos assentamentos.
CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS		
Educação, Saúde e Trabalho		
Tarlau (2013)	Educação e resistência	Educação popular (Freire, Gramsci e Willis); aprendizado coletivo e lutas políticas concretas.
Heil (2009)	Estratégias de resistência	Formas de enfrentamento à violência estatal e paraestatal.

Pacheco, Ribeiro e Almada (2022)	Educação do Campo e colonialidade	Direito à educação para populações rurais; valorização das culturas e lutas históricas por terra e justiça social.
Santos e Nabarro (2023)	Geografia anticolonial	Matrizes pedagógicas do MST como ensino anti-opressões e contra-hegemônico
Fontoura Júnior <i>et al.</i> (2012)	Educação popular e saúde	Relação entre solidariedade, cooperação e trabalho coletivo no contexto dos assentamentos.
Zioli <i>et al.</i> (2021)	Territorialização e pertencimento	“Cotidiano” de Michel de Certeau; práticas de trabalho, estudo e reivindicações na construção do espaço e identidade no MST.
Pinto e Porto (2020)	Saúde e resistência à colonialidade	Acesso à terra e melhorias nas condições de vida e saúde; luta pela terra marcada por conflitos e violência.
Arte e Literatura		
Vilas Boas e Canova (2019)	Teatro e audiovisual no MST	Teatro do Oprimido de Augusto Boal; peça <i>A Farsa da Justiça Burguesa</i> sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás.
Bisol, Cruz e Calegari (2021)	Jornalismo literário e memória	Livro <i>O Massacre</i> , de Eric Nepomuceno; conhecimento e organização política.
Conhecimento e organização		
Rigotto (2017)	Arte, memória e resistência comunitária	Construção de um modo de vida alternativo ao capitalismo via agricultura familiar; conhecimento local desafiando a narrativa desenvolvimentista.
Straubhaar (2015)	Revista Sem-Terra e identidade política	Construção de memória coletiva e identidade política a partir da violência e exploração no campo.
Debiasi (2019)	Métodos de resistência do MST	Ocupação massiva e organização de grupos para enfrentar a repressão policial no Nordeste.
INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS		
Minorias sociais e conservadorismo		
Gomes e Knox (2023)	Heteronormatividade e violência no campo	Influência do conservadorismo religioso na persistência da LGBTfobia.
Nascimento (2010)	Igreja Católica e reforma agrária	Papel da Teologia da Libertação no fortalecimento dos movimentos sociais.
Pinto e Porto (2020)	Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Registros sobre violência agrária nos relatórios da CPT.
Debiasi (2019)	CPT e organização camponesa	Apoio logístico e financeiro às lutas pela terra; denúncia da violência no campo.
MINORIAS SOCIAIS		
Mulheres		
Ayoub (2018)	Violência contra mulheres nos conflitos agrários	Assassinatos, ameaças, perseguições, emboscadas e despejos forçados; casa como espaço de pertencimento e alvo de violência.
Faleiro e Farias (2017)	Educação e emancipação feminina	Inserção de mulheres rurais no ensino superior e superação do patriarcado.
Vasquez (2009)	Intervenção psicológica com mulheres em assentamentos	Técnica do “clube dos saberes” para autoestima, autonomia e organização; importância da psicologia no campo; urgência de políticas públicas para inclusão social.
LGBT+		
Gomes e Knox (2023)	LGBT+ no campo	Resistência de indivíduos LGBT+ em áreas rurais; heteronormatividade e violência; MST como espaço de autonomia coletiva; necessidade de políticas de inclusão e combate à LGBT+fobia.
CRÍTICAS AO MST		
Navarro (2010)	Estrutura organizacional e dependência financeira	Dependência de fundos públicos; falta de transparência; necessidade de institucionalização e democratização interna; uso do termo “invasão” para caracterizar ocupações.
Fontoura Júnior <i>et al.</i> (2012)	Trabalho infantil em assentamentos	Crianças assumem tarefas domésticas e auxiliam na roça.

Fonte: Elaboração própria.

Como apresentado no Quadro 1, a maioria dos artigos discute diferentes formas de violência, enquanto as alternativas construídas pelo Movimento também recebem ampla atenção nos estudos.

Identificamos também a influência das instituições religiosas na formação e no cotidiano do MST. Nascimento (2010), Pinto e Porto (2020) e Debiasi (2019) destacam o papel dos setores progressistas das igrejas cristãs, especialmente da Igreja Católica, nas décadas de 1980 e 1990. Por outro

lado, Gomes e Knox (2023) discutem a continuidade da influência do conservadorismo religioso na perpetuação da LGBTfobia no campo, manifestada por meio da heteronormatividade compulsória e da violência.

As discussões sobre a vivência das mulheres camponesas em um cotidiano marcado pela violência também estão presentes na literatura. Ayoub (2018) destaca que a violência nos conflitos de terra afeta principalmente as mulheres, abordando como elas enfrentam assassinatos, ameaças, perseguições, emboscadas e despejos forçados. Já os trabalhos de Faleiro e Farias (2017) e Vasquez (2009) analisam a violência patriarcal e a persistência de papéis de gênero dentro de assentamentos do MST. Além disso, Vasquez (2009) ressalta a importância da psicologia no meio rural, enfatizando a necessidade de uma abordagem sensível às particularidades desse contexto.

Identificamos também algumas críticas ao MST. Alves, Fernandes e Mesquita (2021) analisam as dificuldades enfrentadas por jovens do MST, discutindo a violência simbólica e a invisibilidade que limitam sua atuação política tanto dentro quanto fora do Movimento. Fontoura Júnior *et al.* (2012) apontam a existência de trabalho infantil (algumas crianças cuidam da casa ou de seus irmãos mais novos, enquanto outras auxiliam em tarefas na roça) – aspecto debatido e rebatido por Barros (2013) – e divisão sexual do trabalho em um assentamento.

Outra crítica é apresentada por Navarro (2010), que aponta uma dependência do MST em relação a fundos públicos. Além disso, o autor acusa o Movimento de falta de transparência em sua estrutura e defende a necessidade de maior institucionalização e democratização interna. Navarro (2010) também utiliza o termo “invasão” para se referir às ocupações de terra realizadas pelo MST, revelando uma perspectiva contrária sobre suas estratégias de mobilização.

Conceitos teóricos empregados na literatura

Os estudos analisados fazem uso de uma diversidade de conceitos teóricos oriundos de distintas áreas do conhecimento, os quais são empregados para examinar diferentes aspectos dos movimentos sociais, dos conflitos agrários e da construção do conhecimento. A Figura 1 ilustra as principais categorias conceituais identificadas nos artigos revisados.

Figura 1 - Categorias conceituais presentes na literatura.



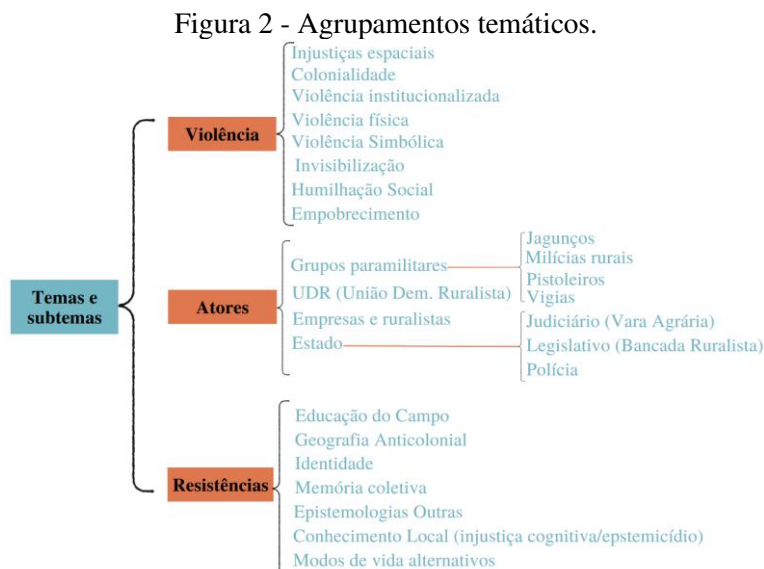
Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que os artigos analisados articulam diferentes perspectivas teóricas, ampliando as possibilidades de interpretação dos fenômenos sociais e evidenciando a complexidade das questões abordadas. Trataremos disso com mais profundidade na seção seguinte.

Explorando os achados

Inicialmente, a análise dos artigos se estruturou em dois temas centrais: as diversas formas de violência e os atores envolvidos. Contudo, um terceiro tema emergiu como essencial e interconectado aos anteriores: as formas de resistência do Movimento. Assim, os temas foram agrupados em três categorias que guiaram o processo de mapeamento, classificação e agrupamento de subtemas: violência,

atores e resistências. A organização temática foi estruturada conforme ilustrado na Figura 2 e discutida a seguir.



Fonte: Elaboração própria.

A figura anterior sintetiza os principais temas que emergem dos artigos revisados neste estudo. São abordados diferentes aspectos da violência sofrida pelas famílias camponesas e das formas de resistência dessas pessoas. Há tensões entre o Movimento e atores que estão sempre em lados opostos em episódios de violência. Adiante discutiremos um pouco sobre esses três temas.

a. Violência:

A maioria dos estudos aborda a centralidade da violência no cotidiano do MST (Alves, 2012; Bisol; Cruz; Calegar, 2021; Hammond, 2009; Tarlau, 2013; Castro; Lages; Assis, 2018; Castro; Lima, 2024; Heil, 2009; Efreim Filho, 2023; Franco da Silva; Bampi, 2019; Lerrer; Forigo, 2019; Lopes Xavier, 2015; Lundström; Sartoretto, 2021; Pacheco; Ribeiro; Almada, 2022; Pinto; Porto, 2020; Rigotto, 2017; Santos; Nabarro, 2023; Straubhaar, 2015; Zioli *et al.*, 2021; Alves; Fernandes; Mesquita, 2021; Vilas Boas; Canova, 2019; Efreim Filho; Bezerra, 2013; Debiasi, 2019).

Além da violência física, relatada em estudos empíricos que analisam casos como assassinatos, ameaças, torturas, ataques físicos, prisões arbitrárias e despejos violentos (Heil, 2009; Debiasi, 2019; Franco da Silva e Bampi, 2019; Pinto e Porto, 2020; Zioli *et al.*, 2021), outros tipos de violência são abordados na literatura. Como a criminalização dos movimentos sociais (Alves, 2012), as injustiças espaciais (Franco da Silva; Bampi, 2019), o silenciamento do problema agrário (Lerrer; Forigo, 2019), a injustiça cognitiva (Rigotto, 2017), a violência simbólica (Zioli *et al.*; 2021; Alves; Fernandes; Mesquita, 2021) e a colonialidade do ser e do saber (Santos; Nabarro, 2023; Pinto; Porto, 2020).

Alguns estudos indicam que a violência tem origem no setor privado, sendo praticada por seguranças de empresas, ruralistas ou indivíduos contratados, conhecidos como capangas, jagunços, pistoleiros e milícias rurais, como já é amplamente divulgado na literatura e nas discussões acadêmicas (Alves, 2012; Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Hammond, 2009; Castro; Lages; Assis, 2018; Castro; Lima, 2024; Heil, 2009; Efreim Filho, 2023; Lerrer; Forigo, 2019; Lopes Xavier, 2015; Rigotto, 2017).

Outros estudos, contudo, apontam que grande parte da violência emana do Estado, manifestando-se de diversas formas, seja pelo uso da força policial, seja por meio do Judiciário ou de outros mecanismos legais de prestação de serviços estatais e de implementação de políticas públicas (Alves, 2012; Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Hammond, 2009; Castro; Lages; Assis, 2018; Castro; Lima, 2024; Heil, 2009; Efreim Filho, 2023; Lerrer; Forigo, 2019; Lopes Xavier, 2015; Rigotto, 2017; Efreim Filho; Bezerra, 2013; Debiasi, 2019 e outros). Ressaltamos, principalmente, os estudos que apontam a

impunidade de agentes estatais responsáveis por mortes, prejuízos materiais etc. contra famílias camponesas (Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Hammond, 2009; Heil, 2009; Efrem Filho; Bezerra, 2013).

Nesse ínterim, a violência institucionalizada emerge como um dos principais desafios enfrentados pelo MST. A judicialização dos conflitos agrários, apesar de ter como objetivo a resolução pacífica, perpetua a violência institucional ao priorizar o direito à propriedade em detrimento dos direitos dos trabalhadores rurais (Castro; Lages; Assis, 2018). Um exemplo disso é apresentado no estudo de Castro e Lima (2024), no qual, mesmo com a criação da Vara Agrária e sua proposta conciliatória no estado de Alagoas, as reintegrações de posse com uso de força policial continuam a ocorrer, reforçadas pela deslegitimação das ações do MST, frequentemente rotuladas como “invasão” e “dano à propriedade” pelos proprietários de terras e pelo sistema judicial (Castro; Lima, 2024).

A violência contra o MST resulta de um sistema de poder descentralizado, onde grandes proprietários de terras e empresas transnacionais exercem influência sobre o Estado, utilizando a violência para bloquear a reforma agrária (Heil, 2009). Esse sistema é sustentado pela corrupção e pela impunidade, que permitem às elites rurais manipular o aparato político e judicial, deslegitimando as demandas por justiça social e reforma agrária.

Alguns estudos abordam a violência no campo a partir do arcabouço teórico da decolonialidade e dos estudos pós-coloniais, destacando como a colonialidade, enquanto estrutura de poder, sustenta relações de dominação e exploração que são intrínsecas à violência no meio rural brasileiro (Pinto; Porto, 2020; Santos; Nabarro, 2023). Pacheco, Ribeiro e Almada (2022) discutem como a colonialidade do poder, do ser e do saber impactam profundamente o desenvolvimento social e educativo no campo brasileiro, marginalizando as populações rurais e perpetuando a exploração e a desigualdade. Santos e Nabarro (2023), ao analisarem a pedagogia do MST, conectam a luta pela terra à resistência contra as estruturas coloniais de poder e de saber, propondo um ensino anticolonial e contra-hegemônico.

Já a invisibilização e humilhação social das lutas camponesas, seja pela mídia, pelos políticos, pelo Estado ou por setores da sociedade civil, é um tipo de violência que, segundo os estudos, são usadas para menosprezar o conhecimento camponês, a agricultura familiar e as contribuições das pessoas trabalhadoras rurais para a economia e a preservação ambiental. Essa invisibilização reforça estigmas sociais e dificulta a valorização das pautas dos movimentos sociais, além de contribuir para a perpetuação de narrativas que favorecem os interesses do agronegócio e das elites agrárias (Santos e Nabarro, 2023; Rigotto, 2017; Alves, 2012; Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Hammond, 2009; Tarlau, 2013).

Outro tipo de violência, que inclusive é consequência das violências citadas acima, é o empobrecimento das famílias camponesas. Isso se dá pela expulsão das famílias da terra e/ou pelo não cumprimento da reforma agrária, levando à perda de seus meios de subsistência e à desestruturação de suas comunidades. Esse empobrecimento está diretamente ligado à concentração fundiária e à priorização do agronegócio, que exclui os pequenos produtores e precariza suas condições de vida (Alves, 2012; Fontoura Júnior *et al.*, 2012; Lerrer; Forigo, 2019).

A falta de acesso à terra também resulta em migração forçada para áreas urbanas, onde essas famílias frequentemente enfrentam trabalhos informais, baixos salários e condições de moradia inadequadas, aprofundando ainda mais sua situação de vulnerabilidade socioeconômica (Debiasi, 2019; Franco da Silva; Bampi, 2019).

Esse empobrecimento não é apenas material, mas também simbólico, uma vez que desvaloriza o papel histórico e cultural das famílias camponesas na preservação de práticas agrícolas sustentáveis, na produção de alimentos e na manutenção da biodiversidade. Assim, o empobrecimento não é apenas uma consequência passiva, mas uma estratégia que reforça a exclusão social e a marginalização (Rigotto, 2017; Santos; Nabarro, 2023; Bisol; Cruz; Calegari (2021).

Além disso, também está presente na literatura a ideia de injustiça espacial, que se refere às consequências negativas da “modernização do território” (Franco da Silva; Bampi, 2019), como já mencionado acima: desapropriação de terras, violência agrária e urbanização precária (Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Franco da Silva; Bampi, 2019). A ideia de injustiça espacial está ligada à maneira como o acesso a recursos, direitos e oportunidades é distribuído de forma desigual no espaço geográfico, frequentemente afetando grupos sociais marginalizados, como as pessoas e famílias camponesas sem-terra (Alves, 2012; Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Franco da Silva; Bampi, 2019).

b. Atores:

Identificamos alguns atores recorrentes e centrais nos conflitos agrários no Brasil que estão em embate direto com o MST.

Um desses atores é a bancada ruralista. O estudo de Lopes Xavier (2015) analisa os discursos de um deputado desse grupo político, revelando traços como autoritarismo, conservadorismo e a defesa da violência. “O discurso de Ronaldo Caiado manifesta a violência que subjaz ao seu modo de agir e de pensar, não como indivíduo isolado, mas como um indivíduo que pertence a um ‘nós’, a partir do qual elabora seus referenciais, enceta seus discursos e demarca suas posições” (Lopes Xavier, 2015, p. 162). Esses elementos são característicos da bancada ruralista, um discurso coletivo que representa os interesses da elite agrária (Lerrer; Forigo, 2019).

Outro ator identificado nos artigos é a União Democrática Ruralista (UDR). Essa organização é descrita como uma entidade que utiliza diversos meios para barrar a reforma agrária, atuando no Congresso Nacional e empregando a violência paraestatal para intimidar e perseguir trabalhadores rurais (Debiasi, 2019; Lopes Xavier, 2015; Heil, 2009; Alves, 2012; Nascimento, 2010). A criação da UDR em 1985 resultou em sua atuação em vários âmbitos “para evitar a aprovação de qualquer medida que alterasse a estrutura fundiária no Congresso Nacional e, localmente, fazia uso de capangas com ações de intimidação, perseguição, coerção, violência física e mesmo a morte de centenas de camponeses e sindicalistas” (Debiasi, 2019, p. 106).

Segundo Heil (2009), a UDR justifica suas ações em relação ao MST se baseando na defesa do direito à propriedade privada e na manutenção da ordem no campo. A UDR argumenta que o MST age à margem da lei ao “invadir” terras produtivas, colocando em risco a segurança jurídica e o desenvolvimento econômico do país. A organização ruralista é acusada de utilizar sua influência política e econômica para subornar autoridades, obstruir investigações e garantir a impunidade de seus membros envolvidos em crimes contra trabalhadores rurais (Alves, 2012).

O agronegócio, diretamente ligado à bancada ruralista e à UDR, é apontado como um ator relevante nos conflitos agrários. Ele abrange grandes proprietários de terra e empresas nacionais e transnacionais que exercem influência sobre o Estado e também recorrem à violência para proteger seus interesses e impedir a reforma agrária (Heil, 2009; Debiasi, 2019). Estudos indicam que o agronegócio é um dos principais responsáveis pela violência no campo, visando expandir seus lucros e domínios em detrimento dos direitos das pessoas trabalhadoras rurais (Franco da Silva; Bampi, 2019; Lerrer; Forigo, 2019). Nesse contexto, a mineração se associa ao agronegócio, especialmente nos chamados “projetos de desenvolvimento”, que geram conflitos socioambientais e violência contra populações tradicionais, comunidades rurais, quilombolas e famílias camponesas (Franco da Silva; Bampi, 2019; Rigotto, 2017).

O aparelho estatal é outro ator frequentemente mencionado nos estudos. Setores como a polícia, o judiciário e os líderes políticos são identificados como cúmplices na perpetuação da violência, agindo em favor das elites agrárias e criminalizando tanto a luta pela terra quanto o MST (Heil, 2009; Castro; Lima, 2024; Castro; Lages; Assis, 2018; Efreim Filho, 2023; Straubhaar, 2015; Alves, 2012; Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Hammond, 2009; Tarlau, 2013). Um exemplo disso é a criação da Vara Agrária em Alagoas que, apesar de ter como objetivo resolver conflitos de forma pacífica, é criticada por perpetuar a violência institucional e priorizar o direito à propriedade em detrimento dos direitos das pessoas trabalhadoras rurais (Castro; Lima, 2024; Castro; Lages; Assis, 2018).

Por fim, os grupos paramilitares, como jagunços, pistoleiros, vigias, seguranças privados e milícias rurais, também figuram como atores importantes nos conflitos agrários. Esses grupos são frequentemente contratados por empresas ou ruralistas para intimidar e eliminar líderes e apoiadores do MST, de comunidades rurais, camponesas, indígenas e outros movimentos sociais. (Heil, 2009; Debiasi, 2019; Ayoub, 2018; Alves, 2012; Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Efreim Filho, 2023; Efreim Filho; Bezerra, 2013; Lopes Xavier, 2015; Fontoura Júnior *et al.*, 2012).

c. Resistências

A literatura analisada, de modo geral, destaca a importância do MST na luta pela reforma agrária e pela justiça social no Brasil. O Movimento é amplamente reconhecido por sua capacidade de mobilização, organização e resistência, utilizando estratégias como ocupações de terra, protestos e ações judiciais para pressionar o Estado e reivindicar direitos (Alves Vestena, 2017; Alves; Fernandes;

Mesquita, 2021; Ayoub, 2018; Castro; Lima, 2024; Debiassi, 2019; Efrem Filho, 2023; Faleiro; Farias, 2017; Pinto; Porto, 2020; Rigotto, 2017; Santos; Nabarro, 2023; Zioli *et al.*, 2021; Tarlau; 2013).

Os estudos indicam que o MST é um movimento social complexo, que atua em diversas frentes, na construção de alternativas à exploração, desvalorização e apagamento das pessoas camponesas. No âmbito da educação, há discussões sobre a pedagogia das escolas do Movimento, aprendizado coletivo, educação popular e educação do campo (Tarlau, 2013; Santos; Nabarro, 2023; Pacheco; Ribeiro; Almada, 2022), como meio de garantir o direito à educação para as populações rurais e valorizar suas culturas e lutas históricas (Faleiro; Farias, 2017; Pacheco; Ribeiro; Almada, 2022).

Já na esfera do trabalho, há estudos que abordam a interação entre trabalho e saúde no contexto social das comunidades assentadas (Fontoura Júnior *et al.*, 2012), as práticas de trabalho, estudo e reivindicações no desenho do espaço e na construção de um senso de pertencimento (Zioli *et al.*, 2021), bem como as possibilidades de uma saúde emancipatória na linha contra-colonial (Pinto; Porto, 2020).

Alguns estudos apontam como a organização do Movimento gera possibilidades reais de comunidade e vida coletiva. Por exemplo, a agricultura familiar e a organização comunitária (Rigotto, 2017), o conhecimento local, fundamentado na experiência vivida e na memória das comunidades, e a construção da memória coletiva (Straubhaar, 2015; Fontoura Júnior *et al.*, 2012; Pinto; Porto, 2020). Essa abordagem alternativa contraria a narrativa de extrema pobreza frequentemente usada para justificar a exploração econômica pelas grandes multinacionais, como nas áreas de mineração e exploração hídrica (Straubhaar, 2015).

Outra ferramenta de resistência é a construção de identidade e territorialização. O Movimento busca estabelecer uma nova forma de organização social, fundamentada na agricultura familiar e na cooperação. Por meio de práticas cotidianas de trabalho e educação, as famílias assentadas transformam o espaço em território, criando um senso de pertencimento e desafiando as estruturas de poder existentes (Zioli *et al.*, 2021; Santos; Nabarro, 2023).

Os artigos também ressaltam a importância do conhecimento local das comunidades rurais como elemento de resistência a projetos de desenvolvimento (mineradoras, hidrelétricas etc.) e de busca por justiça social e ambiental (Rigotto, 2017; Santos; Nabarro, 2023). O estudo de Rigotto (2017) aprofunda a análise da produção de conhecimento em cenários de conflitos ambientais, com foco no projeto de mineração de urânio e fosfato no Sertão Central do Ceará, Brasil. A autora denuncia o epistemicídio, isto é, a invisibilização e desvalorização dos conhecimentos tradicionais e das cosmovisões dos povos do campo, perpetuando injustiças cognitivas no contexto do neoextrativismo. Rigotto (2017) também documenta como os moradores da região se engajam em processos de construção de conhecimento para defender seus territórios e modos de vida.

Além disso, a geografia crítica e anticolonial emerge como uma ferramenta central na luta do MST. De acordo com Santos e Nabarro (2023), essa abordagem é essencial para denunciar estruturas de poder e desigualdades sociais, ao mesmo tempo que valoriza os saberes e práticas de grupos historicamente marginalizados pelo colonialismo. Para o MST, a terra não é apenas um meio de produção, mas um elemento vital para a vida e a reprodução social e cultural das pessoas camponesas, tornando a geografia crítica indispensável na análise e contestação das desigualdades no campo brasileiro.

Os modos de vida alternativos promovidos pelo MST são formas de resistência ao modelo capitalista e às estruturas de opressão social. Esses modos de vida alternativos reforçam a centralidade da justiça social, da soberania alimentar e da valorização do conhecimento local na construção de um futuro emancipatório e compartilhado.

CONSTRUINDO A CRÍTICA: E A VIOLÊNCIA, AFINAL?

Retomando o objetivo deste estudo, destacamos dois aspectos centrais: os conceitos teóricos utilizados na literatura e as diversas abordagens do termo violência nos diferentes contextos explicativos. Nesta seção, analisaremos a lacuna na conceituação da violência no contexto agrário brasileiro, com ênfase na realidade do MST.

Na literatura analisada neste estudo, identificamos diversos conceitos utilizados para abordar a violência, como epistemicídio (Rigotto, 2017; Pinto; Porto, 2020), injustiça cognitiva (Rigotto, 2017; Pinto; Porto, 2020), colonialidade (Santos; Nabarro, 2023) e criminalização (Alves, 2012; Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Hammond, 2009; Castro; Lages; Assis, 2018; Heil, 2009, Vasquez, 2009, entre outros),

conforme comentados na seção anterior. Contudo, nenhum deles avança na caracterização teórica da violência sofrida pelos movimentos de luta pela terra, sendo essa uma observação também feita por Hristov (2021).

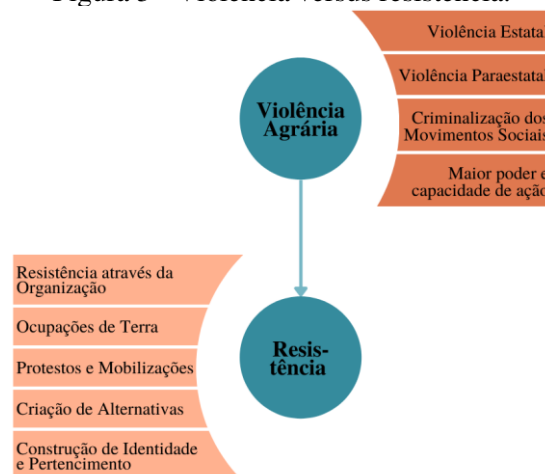
Além dos conceitos, identificamos que, na literatura publicada nos últimos 15 anos sobre o MST e outros movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, o termo “violência” recebe diversas adjetivações, como simbólica, institucional, paraestatal, entre outras. Há, sobretudo, a tentativa de criminalização do MST por diversos atores.

O papel desses atores no processo de criminalização dos movimentos sociais ligados à luta por justiça agrária ocorre em um contexto de expansão punitiva, no qual a lógica penal é comprometida por discursos de lei e ordem, e pela combatividade a modos de vida alternativos e coletivos. Alguns desses atores identificados na literatura analisada são os governos, setores da mídia, setores da intelectualidade, ruralistas e grupos conservadores e o próprio Estado por meio de seu aparato repressivo.

Em contraposição, a resistência desempenha um papel central na luta pela terra, pois a violência é uma constante, conforme se observa na literatura analisada (Alves, 2012; Ayoub 2018; Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Castro; Lima 2024; Castro; Lages; Assis 2018; Debiassi 2019; Fontoura Júnior *et al.*, 2012).

Por um lado, a violência se manifesta de várias formas, desde a repressão estatal e ações de fazendeiros até a violência simbólica e a criminalização dos movimentos sociais. Por outro lado, a resistência emerge como resposta a essa violência, abrangendo desde ocupações de terra e protestos até a busca por reconhecimento de direitos e a criação de novas formas de organização social (Alves, 2012; Alves; Fernandes; Mesquita 2021; Castro; Lima 2024; Debiassi 2019; Fontoura Júnior *et al.*, 2012; Pinto; Porto 2020). A Figura 3 ilustra essa dinâmica.

Figura 3 - Violência versus resistência.



Fonte: Elaboração própria.

É fundamental distinguir a resistência dos movimentos sociais contra a expansão capitalista no meio rural da violência perpetrada pelas elites agrárias, manifestada por meio da monopolização de terras, destruição de recursos e expulsão de pessoas trabalhadoras. O artigo de Navarro (2010), no entanto, tende a justificar a criminalização do MST em diversos momentos, recorrendo a termos como “invasão” e “ações polêmicas” (Navarro, 2010, tradução livre). O autor questiona várias práticas e estruturas do Movimento, argumentando que este enfrenta impasses significativos e que sua relevância estaria em declínio. No entanto, essa interpretação pode ser contestada, uma vez que outros autores, como Karriem (2009), Delgado (2010) e Vergara-Camus (2009), analisaram o MST no mesmo período e apresentaram leituras distintas sobre sua trajetória e seu impacto.

Navarro (2010) levanta críticas ao MST que podem ser contestadas pelos demais autores do *corpus* desta pesquisa. O autor aponta má gestão de recursos e impactos ambientais; no entanto, outros estudos mostram o papel do Movimento na agroecologia (Fontoura Júnior *et al.*, 2012; Pinto; Porto, 2020). Ele também critica sua suposta estrutura centralizada e falta de transparência, ignorando seu modelo organizativo baseado em coletivos (Delgado, 2010; Santos; Nabarro, 2023). Além disso, associa o MST à violência e à desaprovação popular, desconsiderando o processo de criminalização dos

movimentos sociais (Bisol; Cruz; Calegari, 2021; Efrem Filho; Bezerra, 2013; Alves, 2012). Ele sugere ainda que a demanda por reforma agrária está em declínio, mas, como apontam Castro e Lima (2024) e Lerrer e Forigo (2019), a concentração fundiária no Brasil permanece elevada. Por fim, ele critica uma suposta “doutrinação” nas escolas do MST, ignorando sua base na Educação Popular de Paulo Freire, que incentiva o pensamento crítico e a emancipação (Pacheco; Ribeiro; Almada, 2022). Em suma, as críticas de Navarro (2010) ignoram aspectos centrais da atuação do MST e reproduzem argumentos frequentemente utilizados para deslegitimar movimentos sociais, que podem ser contrapostos a partir dos outros estudos abordados nesta revisão.

Apesar das críticas discutidas acima, a maior parte da literatura analisada reconhece o MST como um ator coletivo fundamental na luta por justiça agrária, defendendo modelos alternativos e coletivos de agricultura integrados à vida e à natureza. Ainda assim, alguns estudos apontam supostas fraquezas, contradições e limitações, como destacado por Faleiro e Farias (2017), Vasquez (2009), Fontoura Júnior *et al.* (2012), Alves, Fernandes e Mesquita (2021), e o próprio Navarro (2010).

A literatura tem explorado o MST enfatizando a violência no campo, os desafios do acesso à terra no Brasil e as formas de resistência do Movimento. No entanto, embora denunciem as violências sofridas, os estudos analisados nesta revisão não avançam na construção de uma definição conceitual mais precisa da violência enfrentada pelo MST. Essa violência não se restringe a episódios pontuais de disputa pela terra, mas constitui um fenômeno estrutural, ainda sub-explorado na literatura (Hristov, 2009, 2014, 2021).

Apesar de autores como Hammond (2009), Alves (2012), Bisol, Cruz e Calegari (2021), Castro e Lima (2024), Heil (2009), Lopes Xavier (2015) e Efrem Filho e Bezerra (2013) abordarem a violência estatal e privada em uma combinação que resulta na criminalização do MST, eles não avançam em uma definição conceitual aprofundada. Essa definição ajudaria a categorizar esse tipo de violência de maneira ampla, aplicável a outros contextos, com elementos comuns.

Levando em conta as formas de violência que têm sido generalizadas na apropriação de recursos e na proletarianização rural (Vergara-Camus, 2014) no contexto da luta pela terra no Brasil, o conceito de violência pró-capitalista, de Hristov (2021), é primordial. Embora a violência, nesse aspecto, não seja levada em conta na literatura aqui analisada, o conceito demonstra como a violência estatal e paraestatal funcionam em conjunto com os objetivos estabelecidos pelas autoridades locais e internacionais no processo de expansão capitalista e, sobretudo, neoliberalista (Hristov, 2009; 2014; 2021). Esse é um conceito fundamental para compreender os processos de expropriação de terras no contexto do MST.

A partir da literatura, é possível perceber como o Estado e grupos privados se aliam na minimização dos episódios de violência praticados contra o MST. “O uso de forças paramilitares tornou-se uma estratégia frequentemente utilizada por grupos dominantes, pelo setor privado e pelos Estados do Sul Global” (Hristov; Bushra; Sprague; Tauss, 2022, p. 2, livre tradução). Muitas vezes, o uso dessas forças é “apoiado ou financiado por governos do Norte Global ou contratados por empresas do Norte Global para garantir as suas operações no Sul” (Hristov; Bushra; Sprague; Tauss, 2022, p. 2, livre tradução).

Na América Latina, a atuação entre atores em posições de poder, tanto no Estado quanto no setor privado, por meio da violência, tem sido recorrente na “remoção das populações rurais das suas terras para abrir caminho ao agronegócio e às indústrias extrativistas, aos projetos de infraestrutura e ao turismo [...]” (Hristov; Bushra; Sprague; Tauss, 2022, p. 2, livre tradução).

A ação paramilitar transcende a mera expressão de conflito ou coerção, emergindo como uma ferramenta estratégica que exerce influência substancial no desenvolvimento econômico e na preservação das estruturas de poder (Hristov; Bushra, 2022). Esse fenômeno sugere uma interligação intrincada entre a violência praticada por esses grupos e as dinâmicas econômicas, delineando uma narrativa mais ampla sobre as complexidades subjacentes aos vínculos entre poder, capital e violência nos contextos globais (Hristov; Bushra, 2022).

Argumentamos que, embora a violência contra o MST seja em grande parte atribuída a uma violência genérica, o que acontece nesse contexto é que “atividades de capital em grande escala operam dentro da economia legal [e] estão sendo facilitadas direta e indiretamente através da violência” (Hristov, 2021, p. 130, livre tradução). Em outras palavras, as elites agrárias possuem o aval do Estado para legitimar suas ações contra os movimentos sociais por meio da violência que tanto parte da força repressora do Estado quanto de grupos paramilitares aliados a setores do agronegócio, da indústria e da

mineração.

O que queremos dizer com isso é que, embora os artigos analisados apresentem a violência com características compatíveis ao conceito desenvolvido por Hristov (2009, 2014, 2021), a violência pró-capitalista, eles não avançam para uma conceituação explícita. No entanto, esse conceito se adapta perfeitamente ao contexto abordado. A formulação proposta por Hristov (especialmente nos trabalhos de 2021) é fundamental, pois define a violência de maneira ampla, permitindo identificá-la não apenas nos casos estudados pela autora, envolvendo movimentos sociais na Colômbia, Honduras, Guatemala e México, mas também no Brasil, particularmente no contexto do MST.

CONCLUSÃO

A análise da literatura sobre o MST revela que, embora haja um reconhecimento das diversas formas de violência enfrentadas pelo Movimento, ainda há uma lacuna na definição conceitual desse fenômeno. O conceito de violência pró-capitalista oferece um arcabouço teórico abrangente para compreender a interligação entre a violência estatal e paraestatal e os interesses do capital na expropriação de terras.

Essa perspectiva permite situar a repressão ao MST dentro de um processo mais amplo de expansão capitalista, no qual a violência não é uma contingência, mas uma ferramenta estrutural utilizada para garantir a concentração fundiária e, conseqüentemente, a perpetuação das desigualdades no campo. Ao demonstrar como os interesses do Estado, do setor privado e de atores paraestatais convergem na criminalização do MST, este estudo reforça a necessidade de avançar em análises conceituais que enquadrem a violência agrária como um mecanismo funcional à reprodução do capital. Dessa forma, compreender a luta do MST exige não apenas a denúncia das violações sofridas, mas também a articulação de um referencial teórico que revele as dinâmicas estruturais subjacentes a essa violência.

Em estudos em andamento e futuros, buscamos aprofundar a compreensão da violência pró-capitalista na criminalização do MST e na manutenção do latifúndio, da monocultura e dos megaprojetos de mineração no Brasil. A construção de uma definição conceitual adequada para essa violência é fundamental para evitar equívocos quanto a seus objetivos, alvos e impactos. Além de fornecer um arcabouço teórico sólido para sua caracterização, essa conceituação é essencial para identificar seus mecanismos e, sobretudo, fortalecer estratégias de enfrentamento.

Agradecimentos

Agradecemos à CAPES pela oportunidade de nos dedicarmos à pesquisa e ao conhecimento, buscando promover e participar de discussões importantes para o desenvolvimento da sociedade e da ciência.

Referências

ALVES, Fernando Antonio. Entre as FARC o MST, entre a violência no campo o Estado policial na América Latina: Aspectos distintos de conflitos agrários históricos no Brasil e Colômbia. **Memórias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe**, n. 17, p. 303-339, 2012.

ALVES, Jadielma de Barros; FERNANDES, Saulo Luders; MESQUITA, Marcos Ribeiro. Produção de subjetividade e militância política dos jovens do movimento Sem Terra no semiárido alagoano. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 10-29, 2021.

ALVES VESTENA, Carolina. Mobilization of rights in times of crisis: a review of social movements theory. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 1, p. 651-669, 2017.

AYOUB, Dibe. Land as home: women, life and violence in land conflicts. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 15, n. 3, 2018.

BARROS, Monyse Ravenna de Sousa. Os Sem terrinha: uma história da luta social no Brasil (1981-2012). **Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. 2013.

BISOL, Laísa Veroneze; CRUZ, Xosé Antonio Neira; CALEGARI, Lizandro Carlos. O Massacre: La Violencia Representada En El Periodismo Literario Brasileño. **Nueva revista del Pacífico**, n. 74, p. 65-89, 2021.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto; ZUBILLAGA, Verónica. Violence and globalization in Latin America. **Current Sociology**, v. 50, n. 1, p. 19-37, 2002.

BOND, Patrick. The “Right to the City” Limits to Rights Talk and the need for rights to the Commons. **Theoria**, n. 27-28, p. 42-63, 2013.

CASTRO, Ana Carolina de Sousa; LIMA, Weldja Marques da Silva. Dos protestos, escrachos e ocupações à Vara Agrária: o direito de propriedade nos conflitos por terra em Alagoas. **Revista Direito e Práxis**, v. 15, n. 2, 2024.

CASTRO, Ana Carolina de Souza; LAGES, Anabelle Santos; ASSIS, Wendell Ficher. Da violência opressora à negociação institucional: a judicialização dos conflitos agrários no cenário alagoano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 309-330, 2018.

CLARKE, Victoria; BRAUN, Virginia. Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. **The Psychologist**, v. 26, n. 2, p.120-123, 2013.

CLARKE, Victoria. Thematic analysis: What is it, when is it useful, and what does “best practice” look like. **Retrieved November**, v. 12, 2017.

DEBIASI, Rose Elke. Percepções sobre a violência no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 45, n. 1, p. 104-114, 2019.

EFREM FILHO, Roberto. Confrontar o presente: a crise democrática a partir do setor de Direitos Humanos do MST. **Horizontes Antropológicos**, v. 29, n. 65, 2023.

EFREM FILHO, Roberto; BEZERRA, Douglas Pinheiro. Brutais sutilezas, sutis brutalidades: violência e criminalização contra trabalhadores sem-terra. **Revista Direito e Práxis**, v. 4, n. 7, p. 218-241, 2013.

FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 3, p. 833-846, 2017.

FRANCO DA SILVA, Carlos Alberto; BAMPI, Aumeri Carlos. Regional dynamics of the Brazilian Amazon: between modernization and land conflicts. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 28, n. 2, p. 340-356, 2019.

FONTOURA JÚNIOR, Eduardo Espíndola *et al.* Relações de saúde e trabalho em assentamento rural do MST na região de fronteira Brasil-Paraguai. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, p. 379-397, 2011.

GOMES, Jean Claude de Souza; KNOX, Winifred. Em busca do arco-íris: LGBTQIAPN+ rurais e o imaginário da liberdade cosmopolita. 47º Encontro Anual da ANPOCS, 2023.

HAMMOND, John L. Land occupations, violence, and the politics of agrarian reform in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 36, n. 4, p. 156-177, 2009.

- HEIL, Erin C. The Brazilian landless movement, resistance, and violence. **Critical Criminology**, v. 18, p. 77-93, 2010.
- HRISTOV, Jasmin. Pro-Capitalist Violence and the Great Wave of Dispossession: Armed Actors and Agrarian Conflicts in Colombia, Mexico, and Honduras. **Sociology of Development**, v. 7, n. 2, p. 129-158, 2021.
- HRISTOV, Jasmin. **Blood and Capital: The Paramilitarization of Colombia**. Athens: Ohio University Press. 2009.
- HRISTOV, Jasmin. **Paramilitarism and Neoliberalism: Violent Systems of Capital Accumulation in Colombia and Beyond**. London: Pluto Press. 2014.
- HRISTOV, Jasmin; SPRAGUE, Jeb; TAUSS, Aaron (Ed.). **Paramilitary Groups and the State Under Globalization: Political Violence, Elites, and Security**. Routledge, 2022.
- HRISTOV, Jasmin; BUSHRA, Laila; SPRAGUE, Jeb; TAUSS, Aaron. Introduction. *In*: HRISTOV, Jasmin; SPRAGUE, Jeb; TAUSS, Aaron (Ed.). **Paramilitary Groups and the State Under Globalization: Political Violence, Elites, and Security**. Routledge, 2022.
- HRISTOV, Jasmin; BUSHRA, Laila. Theorizing non-state armed actors in the era of economic globalization: beyond the criminal and the terrorist. *In*: HRISTOV, Jasmin; SPRAGUE, Jeb; TAUSS, Aaron (Ed.). **Paramilitary Groups and the State Under Globalization: Political Violence, Elites, and Security**. Routledge, 2022.
- KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk (eds.). **Armed actors: organized violence and state failure in Latin America**. Zed Books, 2004.
- LERRER, Débora; FORIGO, Adriano de Almeida. A política de silêncio do problema agrário brasileiro: The policy of silence of the Brazilian agrarian problem. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 3, p. 483-508, 2019.
- LOPES XAVIER, Glauber. “Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 1, p. 131-165, 2015.
- LUNDSTRÖM, Markus; SARTORETTO, Paola. The temporal nexus of collective memory mediation: print and digital media in Brazil’s Landless Movement 1984-2019. **Social Movement Studies**, v. 21, n. 4, p. 453-468, 2022.
- MONCADA, Eduardo. The politics of urban violence: Challenges for development in the global south. **Studies in Comparative International Development**, v. 48, p. 217-239, 2013.
- NASCIMENTO, Claudiomiro. Igreja católica e a luta pela reforma agrária no Brasil. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 14, n. 1, p. 175-196, 2010.
- NAVARRO, Zander. The Brazilian Landless Movement (MST): Critical times. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1, p. 196-223, 2010.
- OLIN WRIGHT, Erik. How to be an Anti-capitalist for the 21st Century. **Theomai**, n. 35, p. 8-21, 2017.
- PACHECO, Júlio César de Almeida; RIBEIRO, Luiz Paulo; ALMADA, Emmanuel Duarte. Rural Education as a tool in facing coloniality in Brazil. **Revista Cerrados (Unimontes)**, v. 20, n. 2, p. 132-163, 2022.

PINTO, Jax Nildo Aragão; PORTO, Marcelo Firpo Souza. Condições de vida e promoção emancipatória da saúde no acesso à terra no sudeste paraense. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.

RIGOTTO, Raquel Maria. Contested Knowledges In The Environmental Conflict Over Uranium And Phosphate Mining In Ceará-Brazil. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, p. 142-184, 2017.

SANTOS, Vinícius Augusto Marques dos; NABARRO, Sergio Aparecido. Geografia Anticolonial e a Pedagogia do Movimento: notas introdutórias sobre um diálogo possível. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 28, 2023.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos brasileiros de psicologia**. Rio de Janeiro. Vol. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

STRAUBHAAR, Rolf. Public representations of the collective memory of Brazil's Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 3, p. 107-119, 2015.

TARLAU, Rebecca Senn. The social (ist) pedagogies of the MST: Towards new relations of production in the Brazilian countryside. **Education Policy Analysis Archives**, v. 21, p. 41-41, 2013.

TORRACO, Richard J. Writing Integrative Literature Reviews: Using the Past and Present to Explore the Future. **SAGE**, v. 15, n.4, pp. 404-428, 2016.

VASQUEZ, Gislayne Cristina Figueiredo. A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, p. 856-867, 2009.

VERGARA-CAMUS, Leandro. **Land and freedom: The MST, the Zapatistas and peasant alternatives to neoliberalism**. Bloomsbury Publishing, 2014.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin; CANOVA, Felipe. Quando Camponeses Entram em Cena: Trabalho teatral do MST e a interface com a linguagem audiovisual. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 9, n. 4, 2019.

ZIOLI, Eline *et al.* Daily Practices And Processes Of Territorialization Of Settlers In Querência Do Norte, Paraná, Brazil. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, n. 2, 2021.